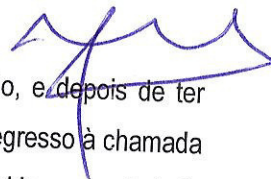


15. COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS – PROGRAMA DE VOLUNTARIADO:

Da Vice-presidente, **Dr^a. Sameiro Araújo**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal, proposta do **PROGRAMA DE VOLUNTARIADO COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS**, de acordo com documentos em anexo.

À S. E. M.

210512



Proposta: COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS

Mais de um ano após a Pandemia ter tomado as vidas de todos os cidadãos, por todo o mundo, e depois de ter provocado em todos nós inquietações com o futuro, eis-nos agora numa nova fase de progressivo regresso à chamada normalidade. O regresso à normalidade está assim cada vez mais perto, no entanto o regresso à vida em sociedade como aspiramos e desejamos, ainda implica muitos cuidados. A autarquia continua a pretender que os nossos jovens sejam um exemplo esta nova fase da vida em comunidade.

À semelhança do ano transato, o município preparou no âmbito ainda do processo de desconfinamento da Pandemia COVID-19, iniciativas voluntárias para os jovens, onde estes podem atuar e fazer a diferença, procurando envolver cerca de 60 jovens bracarenses. O voluntariado é uma escola de cidadania, traduzido em atos de altruísmo e que acrescentam valores insubstituíveis às pessoas, e as experiências vividas podem até contribuir para a construção de um projeto de vida. As iniciativas que serão propostas a serem desenvolvidas pelos jovens voluntários, passaram pela sensibilização da população às recomendações da Direção Geral de Saúde nos parques, equipamentos desportivos e praias que terão maior afluência durante o período de verão, mais concretamente nos meses de junho, julho, agosto e prolongando-se até meados de setembro.

Os jovens estarão abrangidos pela lei geral do voluntariado, Lei 71/98 que define o enquadramento jurídico do voluntariado, assim como do próprio voluntário. Prevendo-se no artigo 7, alínea j, e passa-se a transcrever "Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites eventualmente estabelecidos pela mesma entidade."

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), no respetivo artigo 23.º, sob a epígrafe "Atribuições do município", n.º 1 e n.º 2, alíneas f) e g), determina que "constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias", dispondo os municípios de atribuições, particularmente, nos domínios dos tempos livres, desporto e saúde. Ademais, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea u), do RJAL, compete à câmara municipal promover e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.



Demais, a Lei n.º 71/98, de 03 de novembro, que prescreve as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, no seu artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, estatui que se consideram organizações promotoras as entidades públicas da administração local, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade, tendo a atividade de revestir interesse social e comunitário e podendo ser desenvolvida nos domínios cívico, da ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção social, da proteção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia social, da promoção do voluntariado e da solidariedade social, ou em outros de natureza análoga.

Neste projeto estão absolutamente salvaguardados e observados os direitos do voluntário, preceituados no artigo 7.º, da Lei n.º 71/98, de 03 de novembro, em específico no que respeita ao acesso a programas de formação, cartão de identificação, seguro, exercício do voluntariado em condições de higiene e segurança, programa que regule o conteúdo, natureza e duração do voluntariado e reembolso das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora, no qual está previsto um montante máximo de despesa de até 20.000€.

Em concreto, os voluntários terão um conjunto de tarefas definidas, a serem transmitidas aquando da formação inicial para a prática do voluntariado. Com horários que poderão variar entre as 3 e as 5 horas diárias.

Esta proposta de Programa, enquadra-se como uma extensão à medida excecional do ano transato de combate à doença Covid-19, e é suscetível de ser revista a todo o tempo, estando especialmente subordinada à constatação, ou não, dos pressupostos que a fundam.

Isto posto, e considerando que:

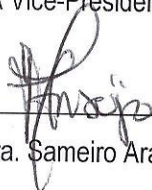
- O voluntariado é uma atividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afetam a sociedade em geral;
- O trabalho voluntário representa hoje um dos instrumentos básicos de participação da sociedade civil nos mais diversos domínios de atividade;
- A lei do voluntariado delimitou com precisão o conceito de voluntariado, assumindo que a qualidade de voluntário não pode, em qualquer circunstância, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora;

- O Município de Braga é uma organização promotora que reúne condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro (diploma que Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro);
- O pagamento da compensação proposta encontra enquadramento no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro;
- Foi elaborado um programa de voluntariado, no qual se prevê os destinatários da ação a desenvolver, os objetivos, a calendarização, o modo de candidatura e seleção, e os deveres do Município para com o voluntário;

PROPONHO ao Sr. Presidente que tendo em atenção que está presentemente em vigor o Plano de Desconfinamento apresentado pelo Conselho de Ministros a 11 de março do corrente ano, e que atualmente Portugal se encontra numa situação de calamidade resultante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021, de que resulta que a regra passa a ser de que a generalidade das atividades retomam o funcionamento mediante a aplicação de determinadas condições e o respeito pelas orientações definidas pela DGS para determinados setores submeta a presente proposta à próxima reunião do Executivo Municipal para aprovação do programa COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS.

Braga, 11 de maio de 2021

A Vice-Presidente,



(Dra. Sameiro Araújo)

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS

Introdução

Voluntariado é definido pelo Conselho Nacional do Voluntariado, por ser um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

Assente nestes valores nasce Programa de Voluntariado - **COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS**, para os jovens bracarenses.

1 – Descrição do Programa de Voluntariado

O Programa consiste genericamente no Apoio da Implementação das Medidas de Desconfinamento, indicadas pelas Direção Geral de Saúde em parques, equipamentos desportivos e praias.

2 – Destinatários

Jovens residentes ou estudantes no concelho de Braga com idades entre os 18 e os 30 anos de idade (à data de início da atividade).

3 – Objetivos

Proporcionar oportunidades de desenvolvimento de competências a nível pessoal, social e profissional;

Fomentar o espírito comunitário dos jovens através do envolvimento em projetos e eventos de serviço à comunidade bracarense;

Promover junto dos jovens princípios de Cidadania Ativa;

Enriquecer e valorizar os CV's dos jovens participantes.

4 – Calendarização

O Programa de Voluntariado é proposto para os meses de junho a setembro, devendo considerar-se as seguintes datas:

Turnos:

- 1º turno: 20 de junho a 3 de julho;
- 2º turno: 4 de julho a 17 de julho;
- 3º turno: 18 de julho a 31 de julho;
- 4º turno: 1 de agosto a 14 de agosto;
- 5º turno: 15 de agosto a 28 de agosto;
- 6º turno: 29 de agosto a 12 de setembro;

Horários:

9h30 – 14h30

14h30 – 19h30

5 – Candidaturas

A candidatura deverá ser efetuada através do preenchimento de um formulário de inscrição online disponível no site da juventude www.juventude.cm-braga.pt, para o efeito. Ou na Loja da Juventude (Edif. GNRation).

São necessários anexar os seguintes documentos aquando da submissão da candidatura:

Comprovativo de domicílio fiscal (Certidão no Portal das Finanças, ou comprovativo de frequência em estabelecimentos de ensino no Município de Braga).

IBAN em documento bancário (**com o nome do titular da conta**)

6 – Seleção

A seleção dos Voluntários é realizada pela Divisão de Juventude.

Para a seleção dos jovens ter-se-á em consideração alguns fatores:

- Equilíbrio de idades e género.
- O número de vagas necessárias para o Programa;

Posteriormente, os jovens que forem selecionados serão contactados pelo email que indicaram no formulário de inscrição. O candidato deverá responder ao contacto no prazo máximo de 24h, caso contrário será efetuada a sua substituição.

Os jovens serão contactados para preencher um segundo formulário aquando da formação inicial de voluntariado específico para o Programa. Nesse momento tomarão conhecimento dos seus deveres e direitos como voluntários.

7 - Normas de Segurança e Higiene Covid 19

Devido à situação de pandemia pela COVID 19 e tendo em conta as indicações dadas pela Direção Geral de Saúde, serão adotadas medidas de segurança e higiene, sendo elas:

Obrigatoriedade da utilização de máscara, luvas e desinfetante (assegurados pelo Programa). O não cumprimento desta norma leva à dispensa imediata do Voluntário;

Os Voluntários que apresentem algum sintoma da COVID 19 têm obrigatoriedade de informar imediatamente a coordenação do Programa;

O Voluntário que seja testado positivo para a COVID 19 têm obrigatoriedade de informar imediatamente a coordenação do Programa;

No caso de um Voluntário ser testado positivo para a COVID 19 têm a obrigatoriedade de ficar em isolamento profilático;

No caso de um Voluntário ser testado positivo para a COVID 19 toda a equipa com quem esteve a trabalhar têm a obrigatoriedade de ficar em isolamento profilático;

A omissão de resultado positivo para a COVID 19 será comunicado às autoridades;

No caso de o Voluntário já ter estado infetado pela COVID 19 terá de apresentar o teste com resultado negativo.

8 – Deveres do Município de Braga

O Município de Braga durante o decorrer do programa, com base na Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, tem o dever para com o Voluntário de:

Divulgar o Programa de voluntariado nos meios de comunicação disponíveis à sua disposição;

Disponibilizar os formulários de inscrição para a bolsa monetária correspondente, suportar o pagamento da bolsa dos participantes;

Providenciar a cobertura de um seguro de acidentes pessoal aos participantes envolvidos no Programa de Voluntariado, durante o período de duração dos mesmos;

Atribuir ao participante um certificado comprovativo de participação no Programa de Voluntariado - COVID 19 – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS

9 - Considerações Finais

As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Braga, que analisará a situação em causa.